

Dívida interna

crece Cr\$ 60 ESTADO DE SÃO PAULO bilhões em 80 *

Da sucursal do
RIO NOV 1980

O saldo líquido das operações com títulos federais deverá situar-se em torno de Cr\$ 60 bilhões ao final do atual exercício. A previsão é do diretor da Divisão de Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, por considerar que as medidas adotadas pelas autoridades governamentais a partir de maio último tornaram o "open market" em instrumento mais efetivo de política monetária.

A obtenção de tal resultado implica, diretamente, o sucesso da pretensão do governo, de limitar em 60% a expansão da base monetária para o corrente ano, por meio de um controle mais gradual do comportamento dos meios de pagamento, apesar dos problemas de liquidez sempre comuns nos últimos meses do ano.

Segundo o diretor da Didip, o esforço das autoridades em reduzir os elevados ágios cobrados quando das colocações públicas de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, aliado às medidas de estímulos às Letras do Tesouro Nacional, impediu que as instituições que operam no mercado aberto continuassem a auferir excessivos lucros, em flagrante discordância com os propósitos básicos do Banco Central, de utilização da dívida pública como instrumento supridor das necessidades adicionais de recursos do governo.

Cláudio Haddad lembra, inclusive, que antes dessa mudança, uma ORTN longa (de cinco anos de prazo com 8% de juros) chegou a ter um ágio (taxa cobrada além da realidade do mercado) de 17%, caindo, a seguir, para um deságio de 5%. Haddad acredita, porém, que ainda existe um sério obstáculo impedindo baixar, efetivamente, as taxas de juros dos papéis públicos de dívida: os subsídios.

Mesmo reconhecendo ser necessária certa compreensão, o diretor da Didip entende como "coisas inconsistentes" aliar a política de subsídios com a colocação de títulos no mercado com taxas muito baixas, motivo pelo qual "é necessário que haja cortes drásticos por parte do governo na área de subsídios".

Além de atuar como arrecadador de recursos, em termos líquidos, para o Tesouro, de modo a evitar que a tributação tenha de ser elevada ou a emissão de moeda incrementada, o "open" se propõe, também, a regular a liquidez financeira a curtíssimo prazo, colocando ou retirando recursos do sistema bancário, de forma a adequar o sistema de reservas às necessidades diárias do sistema financeiro.

A partir de então, entra em jogo a figura do aplicador final, normalmente um banco ou uma empresa jurídica não financeira, ou mesmo uma pessoa física, que vê no "open" uma opção para não deixar parado seu dinheiro em depósito bancário, sem qualquer remuneração. Para o investidor pessoa física, Claudio Haddad alerta para a complexidade do mercado aberto, motivo pelo qual, "é preciso um pouco de tempo para familiarizar-se às suas nuances". Lembra, inclusive, que, como todo mercado de alto risco, no "open" há sempre os que ganham muito e perdem bastante, mas, "são os aplicadores que enfrentam os riscos para que as políticas monetária e fiscal possam ser melhor conduzidas".